



SUBSÍDIOS PARA O ESTABELECIMENTO DE UM ACORDO DE CO-MANEJO VISANDO O USO SUSTENTADO DO MINHOCUÇU *RHINODRILUS ALATUS*, A PARTIR DA REALIZAÇÃO DE UM DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Maria Auxiliadora Drumond¹; Artur Q. Guimarães²; Sílvia Helena C. Campos³; Rogério Parentoni Martins⁴; Livia C. Giovanetti²; Marcela Matteuzo³.

¹Doutoranda em Ecologia, Conservação e Manejo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Diretora do Instituto Sustentar; ²Graduandos em Ciências Biológicas pela UFMG; ³Bióloga; ⁴Professor Adjunto IV do Instituto de Ciências Biológicas da UFMG.

INTRODUÇÃO

As atividades de extração e comercialização do minhocuçú *Rhinodrilus alatus* são praticadas na região central de Minas Gerais para atender às demandas do mercado de pesca. Apesar de serem consideradas ilegais, elas ocorrem a aproximadamente 70 anos, tendo sido intensificadas nos últimos 30 anos. A coleta furtiva caracteriza-se pela invasão de propriedades privadas e da Floresta Nacional de Paraopeba. Há relatos do uso de fogo para facilitar a localização dos indivíduos. O revolvimento do solo em pastagens, durante o processo de extração, contribui para agravar os conflitos entre proprietários e extratores. Por outro lado, essa atividade representa a principal fonte de renda para milhares de pessoas nos municípios de Paraopeba, Caetanópolis, Curvelo, dentre outros localizados na mesoregião de Minas Gerais.

Tentativas anteriores de supressão da atividade, principalmente pelas instituições fiscalizadoras, demonstram que tal política somente leva ao aumento dos conflitos, uma vez que o problema sócio-econômico persiste e se agrava ao longo do tempo, devido às limitações de alternativas de trabalho e renda na região.

Visando a discussão sobre esses conflitos e a possibilidade de sua minimização, foi realizado, durante os anos de 2004 a 2006, um diagnóstico e planejamento participativos junto aos atores sociais envolvidos com o Projeto Minhocuçú[1], no qual as atividades desenvolvidas estão inseridas. Este trabalho vem apresentar e discutir os resultados desses processos tendo em vista a possibilidade do uso sustentado como mecanismos de conservação de *R. alatus*.

OBJETIVOS

Estabelecer um acordo de co-manejo para o uso sustentável de *Rhinodrilus alatus*, por meio de uma pesquisa-ação.

MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho foi realizado de acordo com os preceitos da Pesquisa-Ação, que consiste em um tipo de pesquisa concebida e realizada em estreita associação com uma ação, geralmente voltada para a resolução de um problema coletivo (Thiollent, 2000; Morin, 2004). A abordagem utilizada neste trabalho adotou ferramentas participativas citadas por Drumond (2002): foram realizadas entrevistas semi-estruturadas e individuais e em grupos e reuniões plenárias com os diversos atores sociais envolvidos; por meio da construção de um Diagrama de Venn com os comerciantes foram identificadas instituições atuantes no âmbito da comercialização e extração de minhocuçus e suas relações; Travessias compreenderam o acompanhamento de extratores de minhocuçus em atividades rotineiras de extração, visando a obtenção de informações sobre a ecologia de *R. alatus*; por meio de um Mapa Falado foram identificadas áreas de distribuição da espécie, várias delas confirmadas posteriormente por meio de coletas. Todas as informações obtidas durante o período de desenvolvimento do projeto foram sistematizadas com o auxílio do Programa Atlas-ti.

Em março de 2006 foi realizada uma oficina de planejamento, na qual participaram 83 pessoas provenientes de 19 diferentes setores públicos e privados. As informações obtidas até aquele momento foram sistematizadas e apresentadas

aos participantes. Assim, os problemas, pontos positivos e lacunas de informação levantadas acerca da extração e comercialização do minhocoçu foram dispostos em fichas suspensas em barbante, a fim de auxiliar a visualização e participação de todos. As informações apresentadas foram discutidas e validadas pelos participantes e, por fim, foram propostas soluções para os problemas enfrentados, gerando subsídios para o estabelecimento de um acordo de co-manejo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram feitas 71 entrevistas semi-estruturadas e 10 reuniões setoriais e interinstitucionais com os diversos atores sociais envolvidos. Os principais problemas e conflitos identificados foram: coleta e venda ilegal de fauna silvestre e ameaçada de extinção; diminuição da abundância de minhocoçus ao longo dos anos; coleta na época de reprodução da espécie, que compreende os meses de outubro a fevereiro; coleta e comercialização de filhotes; invasão de propriedades privadas e de unidade de conservação; uso do fogo durante a coleta; e prejuízos para propriedades particulares, tais como solo revolvido e cercas danificadas. Entre os pontos positivos referentes ao processo de coleta e comercialização de *R. alatus* destacaram-se: ser a época de defeso da pesca coincidente com o período de reprodução do minhocoçu; a grande abundância da espécie na região, apesar da pressão de coleta; o potencial de substituição do comércio de *R. alatus* por outras espécies de anelídeos, em seu período de reprodução e em substituição ao comércio de filhotes; o menor valor de mercado de *R. alatus* em seu período reprodutivo, devido à sua intensa autotomia; e o interesse institucional em resolver os problemas ambientais e sociais existentes.

Os seguintes pontos foram propostos para o plano de co-manejo de *R. alatus*: rodízio de áreas de extração; proibição da coleta e comercialização da espécie durante seu período reprodutivo; e proibição da comercialização de filhotes. A Floresta Nacional de Paraopeba deverá ser utilizada apenas para fins de pesquisa e educacionais. O acordo para uso de propriedades deverá ser formalizado, sendo o solo revolvido durante a coleta retornado ao mesmo local e o uso do fogo proibido.

Os resultados obtidos corroboram aspectos discutidos por Diegues (1996), Thiollent (2000) e Morin (2004) sobre a capacidade das comunidades

apontarem os caminhos para a resolução de seus próprios problemas. A implementação dos acordos estabelecidos será fundamentada por meio da elaboração e execução de um plano de manejo para *R. alatus*. Isso vem se tornando possível legalmente a partir da exclusão do minhocoçu das listas estadual e nacional de espécies ameaçadas, que está em andamento e foi embasada pelos resultados obtidos no âmbito do Projeto Minhocoçu.

CONCLUSÃO

A escolha de métodos participativos permitiu que a elaboração do acordo de co-manejo fosse realizada por meio de um consenso entre os participantes. Diferentes depoimentos de comerciantes e extratores apontam que, atualmente, existe uma possibilidade real de resolução dos conflitos. Finalmente, percebe-se que o respeito e a valorização dos diferentes atores sociais na construção de um plano de manejo de espécies silvestres mostram-se indispensáveis para se produzir resultados duradouros e eficazes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIEGUES, A.C.S. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec. 169p.
- DRUMOND, M.A. 2002. *Participação comunitária no manejo de unidades de conservação*. Manual de técnicas e ferramentas. Cd-rom. Instituto Terra Brasilis. Belo Horizonte.
- MORIN, A. 2004. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A.
- THIOLLENT, Michel. 2000. *Metodologia da pesquisa-ação*. 10. ed. São Paulo: Cortez.
- [1] Programa interdisciplinar de Pesquisa-Ação desenvolvido em parceria entre Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto Sustentare, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, comerciantes, extratores, proprietários rurais e Associação para a Preservação do Minhocoçu e do Meio Ambiente de Paraopeba. Apoio Vallourec & Mannesmann do Brasil, Conservação Internacional, CNPq e Fapemig.